



AFLUENTE: REVISTA DE
LETRAS E LINGUÍSTICA

ISSN 2525-3441

Dinameire Oliveira Carneiro Rios

Universidade Federal da Bahia

orcid.org/0000-0002-6226-6002

dina_meire@hotmail.com

Corpos que transgridem: representações do corpo feminino em romances históricos coloniais

RESUMO: Neste trabalho apresenta-se uma leitura da representação do corpo feminino em dois romances históricos, ambientados em um contexto colonial, Desmundo (1996), da autora brasileira Ana Miranda, e A árvore das palavras (2004), da portuguesa Teolinda Gersão. As duas narrativas, situadas respectivamente no Brasil Colônia do século XVI e em Moçambique no século XX, centram-se em personagens femininas para recontar, ficcionalmente, as experiências vividas por mulheres durante o processo de colonização. Para tanto, são postas em cena a realidade político-social a qual essas mulheres estavam submetidas, evidenciando o cerceamento e as imposições comuns ao sujeito feminino. É neste contexto que questões como o casamento e a maternidade tornam-se centrais no processo de representação dos corpos das personagens protagonistas, comprovando que a condição colonial não pode ser vista nos romances como uma mera peculiaridade histórica, mas como um elemento que duplica a situação de dominação e subalternidade da mulher. Por isso, interessa saber, neste trabalho, de que forma tal condição histórica entrecorta e influencia na construção dessas representações femininas, analisando, inclusive, a interferência histórica do Estado sobre a relação da mulher e o seu próprio corpo.

Palavras-chave: Representação; Mulher; Romance; Contexto colonial; Literatura Contemporânea.



INTRODUÇÃO ÀS OBRAS

Conhecida por suas publicações de caráter histórico, especialmente após a publicação do premiado *Boca do Inferno* (1989), Ana Miranda avolumou esta seara de narrativas ao publicar *Desmundo* (2003), romance em que reconta ficcionalmente a chegada das primeiras órfãs portuguesas enviadas pela Coroa para as terras ainda pouco desbravadas da Colônia. No romance, a autora se baseia em textos históricos para construir ficcionalmente a chegada, no ano de 1555, e a vivência na terra inóspita, chamada pela narradora e protagonista Oribela de “desmundo”, das jovens portuguesas imbuídas de estabelecerem matrimônio com homens lusos que aqui viviam.

Ao aportarem na terra desconhecida que “possuía o nome de um pau” (MIRANDA, 2003, p.25), Oribela e as cinco outras órfãs sobreviventes (uma acaba cometendo suicídio durante a viagem) vão revelar seus medos, seus sonhos e suas angústias ao se depararem com uma realidade em muito distante da que encontravam nos mosteiros em que viviam em Portugal. Instruídas por uma antiga freira, a personagem Velha, elas são preparadas para o matrimônio e para todos os deveres que adivinham do enlace, como a obediência e a submissão ao marido, bem como a desejada procriação dos descendentes legitimamente portugueses. Na narrativa, os conflitos da narradora-personagem ganham corpo quando é apresentada a rígida cartilha sobre o que significava ser uma mulher naquela sociedade, situação que se agrava ao cuspir no rosto do seu futuro marido, Francisco de Albuquerque, logo após a apresentação inicial. Assim, é sendo guiado pela ótica ingênua, sonhadora, insegura e questionadora da protagonista que o leitor do romance vislumbra as imposições sociais às quais a mulher estava submetida no contexto colonial do século XVI.

Em *A árvore das palavras* (2004), Teolinda Gersão, dentro de uma forte tendência da literatura portuguesa a partir do final da década de 1980, revisita a memória colonial do país ao contar a história da travessia dos pais da protagonista Gita, que deixam Portugal para tentar a sorte no território moçambicano. No romance, dividido em três partes, é possível acompanhar o cotidiano de Lourenço Marques poucas décadas antes da colonização, momento em que Laureano, pai de Gita, muda-se de Portugal para a capital do país africano,

seguido tempos depois por Amélia, portuguesa sem muitas condições de vida que faz a travessia após trocar correspondências com Laureano.



A família faz parte de uma classe de portugueses pobres que vive na província ultramarina e que enxerga a experiência da colonização de modo muito diverso. De um lado, Laureano e a filha Gita, que apoiam, compreendem e se integram à cultura e ao espaço moçambicano, do outro, Amélia, que não consegue construir qualquer traço de identificação ou integração ao lugar e sua gente. Assim, ao longo da narrativa, a relação conflituosa de Amélia com o lugar é fruto de uma infelicidade que ela associa ao próprio espaço, ao perfil pouco ambicioso do marido e ao povo, o que repercute notadamente nos poucos vínculos que estabelece, inclusive com a própria família. É isso que justifica a forte ligação de Gita, narradora de duas das três partes do livro, com a sua antiga ama de leite e atual empregada da casa, Lóia, vista pela protagonista como uma referência de figura materna.

132

A CONDIÇÃO FEMININA NO CONTEXTO COLONIAL PORTUGUÊS

Diferente do colonialismo britânico, a miscigenação caracterizou o processo de colonização lusitana desde os primeiros anos de ocupação dos territórios das colônias. Ainda que combatida pelo Estado e pela Igreja Católica, principalmente sob os influxos das medidas tomadas no Concílio de Trento, durante o século XVI, ela acabou sendo tolerada devido à necessidade de ocupação das terras pelo português e da manutenção da sua presença na frente de defesa do território diante dos demais invasores. A presença de mulheres portuguesas nas colônias, principalmente nas primeiras décadas de povoamento, era bastante restrita, já que poucas se aventuravam a acompanhar os maridos na jornada de exploração das terras cobiçadas e desconhecidas. Ainda que muito estimulada pela Igreja, a ocupação feminina foi muito tímida, o que obrigava, no início, certa conduta de tolerância dos religiosos diante das relações de mestiçagem, amasiamento e concubinato, por exemplo.



as travessias empreendidas por Amélia e Oribela foram motivadas e subsidiadas pela mesma estrutura colonialista e por isso possuem por trás bases muito semelhantes: o matrimônio de colonos portugueses com mulheres brancas da metrópole, possibilitando a manutenção da presença lusa e sua descendência nas terras das colônias. Assim, percebe-se que, de imediato, o interesse não era apenas o casamento, mas ele era o meio necessário e exemplarmente institucional para a construção de famílias genuinamente portuguesas, já que a maternidade se punha como o fim desse processo para a mulher. Ou, como sugere Del Priore (2009), a Igreja e o Estado se apossavam do corpo, mais especificamente do útero feminino, para dar continuidade e garantir o sucesso da empreitada colonial.

133

Em seu estudo sobre o povoamento das colônias de Angola e Moçambique durante os anos de 1920 a 1974, Claudia Castelo (2007) constata certa tolerância e maior ocorrência de relações de miscigenação entre os colonos e nativos até a chegada de um número mais significativo de mulheres brancas, o que ocorreu a partir da década de 1950 e transformou as relações e também os índices de racismo no território colonial. De modo análogo à realidade brasileira do século XVI, Castelo (2007, p.249) afirma que a ida de mulheres brancas para as colônias eram recorrentemente incentivada, pois dependia delas “a manutenção da dignidade dos colonos em África, o afastamento de todas as tentações e vícios imorais, a reprodução da família cristã. Os filhos mestiços eram encarados como a causa de muitas perturbações sociais a evitar escrupulosamente.”, evidenciado a perpetuação no decorrer dos séculos do mesmo modelo de colonialismo cristão que já havia sido implantado na colônia da América desde o século XVI.

De acordo com os dados temporais presentes em *A árvore das palavras*, a ida de Amélia coincide com o período de trânsito mais intenso de mulheres portuguesas atravessando o oceano rumo ao matrimônio nas terras coloniais da África. Como a narrativa do romance deixa entrever, o envio de anúncios em jornais portugueses em busca de mulheres dispostas ao casamento com colonos que viviam na África não parecia ser algo raro, o que ratifica o discurso colonizador de que os territórios estariam mais seguros nas mãos



lusas se ocupados por famílias legitimamente portuguesas, por isso também a necessidade de combater a miscigenação.

Ainda que o objetivo imediato da travessia destas mulheres portuguesas para as colônias fosse a ocupação do espaço e a garantia da manutenção dos colonos brancos nos territórios, a pretensão do Estado e da Igreja era o casamento e a maternidade, assegurando que a formação da família fixasse-a no lugar. No romance de Teolinda Gersão, não há qualquer referência a imposições de Laureano ou da sociedade de modo geral para que Amélia se tornasse mãe, até mesmo porque eles pertenciam a uma camada de colonos pouquíssimo abastada e que, por isso, interessava menos ao Estado. Isso acontecia até mesmo pelo medo que havia entre os que ocupavam os altos cargos nas colônias de se proliferar nesses territórios uma massa de portugueses pobres, o que colocava em risco a supremacia da metrópole frente aos nativos.

Na primeira parte do livro, quando o leitor entra em contato com as memórias mais tenras de Gita, é possível entrever o que a menina elabora para si uma ideia do que seria a maternidade, pois embora convivesse com a mãe biológica, é Lóia que ocupa em sua subjetividade a referência materna. Fica claro que a protagonista desenvolve esse vínculo afetivo com a antiga ama de leite por associar frequentemente Amélia à noção de castração, à rigidez de regras e a uma convivência marcada pela sisudez, mas é elementar perceber também o quanto a amamentação pode ter influenciado na elaboração dessa afetividade. De acordo com a teoria kleiniana, já na amamentação a criança começa a desenvolver as primeiras referências de objetos externos e a da própria mãe, especialmente por meio da amamentação, quando através do contato com o seio a criança começa a construir a sua afetividade, o que irá repercutir inclusive na vida adulta.

Nesta fase da vida, a partir do que Laureano contava, Gita distingue o modo de ser das duas mulheres, pois a impaciência de Amélia, ao ponto de fazer o leite secar, contrastava com o carinho e o cuidado depreendido por Lóia para a filha biológica, Orquídea, e para Gita, igualmente:

Lóia dá o peito a uma e a outra, sentada na cozinha e no quintal. E assim eu ganho o mesmo cheiro de Orquídea [...] Lóia não se separa de nós, às vezes nem sequer quando dormimos. A uma e a outra (as mais das vezes aquela que não dorme), trá-la junto ao corpo, segura na capulana, e assim cozinha, esfrega o chão, varre a casa,



lava a roupa, acende o lume, escama o peixe, corre o ferro os vestidos, sacode o pó dos bibelots com o espanador de penas azuis e amarelas. (GERSÃO, 2004, p.16)

O que para Gita significava cuidado, carinho e um modo de ser diverso da mãe biológica, para Lóia era parte de um sacrifício a que precisava se submeter devido a sua condição de vida

precária, pois embora o forte apego que tinha à menina, ela e suas filhas eram vítimas do constante preconceito de Amélia devido à diferente condição sócio-racial que possuíam: “É preciso desinfectar-lhe o peito com álcool, ou Gita vai sofrer todos os contágios”. (GERSÃO, 2004, p.16)

Durante toda a infância, a lacuna afetiva deixada por Amélia faz com que Gita encontre em Lóia e seu jeito paciente, ingênuo e carinhoso a referência materna perdida, o que apenas da adolescência da protagonista é reelaborado. Mais madura e capaz de compreender os motivos que poderiam explicar a busca da mãe por algo que nem ela mesmo sabia, assim como a sua partida repentina, Gita lembra de Amélia como

uma imagem quase doce. Ou sou eu que a vejo de outro modo. Peguei no que restava dela — fotografias, papéis, recortes de jornais, recordações — e juntei-os todos, reiventei-os todos, até surgir, com nitidez, uma figura. Um rosto diante dos meus olhos, que olha pra mim, por sua vez. Com grandes olhos tristes. (GERSÃO, 2004, p.173)

No romance, Amélia desconstrói o mito da maternidade como algo instintivo e natural, colocando-a como parte de um comportamento social que pode ou não ser abraçado como projeto feminino. Na égide do feminismo, a mãe ideal proposta por Rousseau através de Sophie, amável, paciente, disponível aos desejos do marido e responsável pela criação e educação dos filhos (BADINTER, 1980) se esfacela e cede lugar ao livre arbítrio feminino, sendo a mulher capaz de optar ou não por ser mãe, ou, o sendo, não vislumbrando o amor materno e o cuidado como algo inerente e necessário à natureza feminina. Como toda forma de amor, o amor materno também está sujeito à imperfeição, à incerteza e às intempéries da vida. Por isso Amélia foi mãe, mas não se absteve de encontrar o seu lugar de felicidade ou satisfação quando a filha e o casamento com Laureano não foram capazes de sê-lo.

Em *Ao sul do corpo*, Del Priore (2009) apresenta um estudo minucioso sobre a maneira com que a maternidade foi utilizada pela Igreja como forma de domesticação e adestramento das condutas femininas durante o período colonial, com a finalidade política e



econômica de povoar a Terra de Santa Cruz de pequenos portugueses, dando continuidade e sistematizando a colonização. Segundo a pesquisadora, a mulher garantiria o prosseguimento do modelo colonial não somente através da maternidade, mas como base para a construção de um modelo ideal de comportamento para toda a sociedade, já que adestrar a mulher significa dominar toda a sua descendência, uma vez que ela era a responsável pela educação e pela transmissão de normas e valores ancestrais. Por isso o discurso elaborado e disseminado na Colônia acabava por constituir dois estereótipos da mulher enquanto parte da maternidade: a santa-mãezinha e a mulher pública.

Oribela desde muito jovem internalizou a dicotomia social que havia em torno da mulher: afinal, se não fosse obediente, dócil e temente aos castigos terrenos e divinos, a mulher seria facilmente arrebatada, posto que “vivía o Mau dentro de nossas almas negras”, e devido à rebeldia que demonstrava desde a infância, o pai rotineiramente dizia sobre ela: “Formosa e não presta nada. Bem pintada e mal lograda. Puta, puta, puta, três vezes puta, puta de Cananor, puta de Malabar, puta de Catchi [...] Me dizia ter feição de puta, por meu nariz afilado e a minha rebeldia na língua e o estar sempre sonhando, coisa de mulher pública” (MIRANDA, 2004, p.57/75). A mulher puta ou pública era o oposto da imagem da santa-mãezinha criada pela Igreja, quando o bom comportamento e a devoção à maternidade imaculavam a figura feminina, porém, em situações em que fugia desse estereótipo, como nos casos de desobediência aos pais, ao marido, à Igreja, ela encarnava sua faceta diabolizada e “confundia-se com o mal, o pecado e a traição, tudo aquilo enfim que ameaçava os homens ou o projeto normatizador da Igreja e do Estado moderno” (DEL PRIORE, 2009, p.100).

Em *Desmundo* o vazio da maternidade acompanha a protagonista ao longo de todo o romance, pois a falta da mãe, com quem nem mesmo chegou a conviver, faz com que Oribela construa para si uma imagem materna permeada pela delicadeza, o cuidado, o que beira o mito da santa-mãezinha, mas que ao mesmo tempo se faz distante, desamparando ainda

mais a narradora em sua aventura no desmundo: “Oh minha mãe onde estás? Minha mãe onde vou, por que me não buscas?” (MIRANDA, 2003, p.57). Ante as desventuras da



vida e da perene ausência da mãe, a Velha ocuparia esse espaço, visto que representava para Oribela um lugar de amparo, carinho, proteção e aconselhamento: “Quis ter os braços da Velha ao meu redor, feito mãe acolhedora que acariciasse os cabelos, beijasse, acudisse de minhas penas, respondesse a propósito ao que eu lhe perguntasse, acalmasse da tormenta da

alma que me demandava meu sangue e minha miséria” (MIRANDA, 2004, p.181)

Lacan (1998), ao elaborar o que ele denomina como o Estágio do Espelho, afirma que durante esta fase a presença da mãe, como o discurso do Outro, é primordial para a constituição do Eu e para a obtenção da imagem do corpo da criança. A mãe seria a responsável por sustentar para a criança a imagem que ela vê no espelho, pois é o discurso materno que primeiramente capacita-a a se reconhecer enquanto sujeito. Em *Desmundo*, o eu esfacelado que a narradora tenta juntar durante as suas divagações parece ser fruto desta lacuna psíquica deixada pela ausência da mãe, mas esse vazio, parcialmente preenchido pela Velha, e as dúvidas que tanto a perseguiram são reelaborados quando ela também se reconhece na condição de mãe, como se a presença do filho fosse capaz de oferecer as respostas que a própria mãe não tivera tempo de dar.

Ainda que “fazer filhos abençoados de alvura de pele” (MIRANDA, 2003, p.73) fosse o claro objetivo da jornada de Oribela até as terras brasileiras, o que o bispo deixou evidente após a cerimônia do casamento, ela resistia a essa ideia, “disse eu, nunca querer parir de tal aventureiro” (MIRANDA, 2003, p.133), mesmo sabendo que ter um herdeiro para os bens conquistados, dentro da benção do matrimônio e do que impunha a Igreja, era um desejo de Francisco de Albuquerque, consagrando-a como uma santa-mãezinha:

[...] ele me queria feliz e prenha. Assim foi que trabalhou sobre mim em fervor para ser sonho. [...]

E se Francisco de Albuquerque me disse uma palavra nesse tempo, foi de estar mandando construir uma igreja a uma santa que parecesse comigo em minha qualidade, que me protegesse dos males e a modo de promessa para havermos um varão, *seria eu a mãe Virgem Maria, que virgem viera eu* (MIRANDA, 2004, p.137-147, grifos nossos).

A oposição à maternidade em Oribela era parte de uma resistência mais ampla: ao casamento forçado, ao modo de vida sem livre arbítrio, à dominação a que era



submetida na convivência com o marido, à vida numa terra estranha e impiedosa que a separava do que ainda a sustinha: as lembranças do Mendo Curvo, a terra natal. Somava-se a isso a convivência doentia ao lado da sogra, Branca de Albuquerque, e a filha-irmã do marido, Viliganda, fruto de uma relação incestuosa entre ele e a própria mãe. Por isso, ao se descobrir grávida após ser capturada por Francisco de Albuquerque em sua segunda fuga, quando viveu escondida na casa do mouro Ximeno Dias, a maternidade, distante de imposições sociais que a envolvia, representa para Oribela um refúgio do sofrimento e a concretização de uma busca constante, a própria autorrealização.

Embora se caracterize como uma mãe cuidadosa e fortemente ligada ao filho desde o nascimento, o que a aproximava do estereótipo da santa-mãezinha, Oribela subverte as leis católicas e não sucumbe aos mandamentos relacionados à maternidade nas terras da colônia. O filho, que “tinha os cabelos vermelhos do mouro” (MIRANDA, 2003, p.204), era a corporificação do adultério e da sua íntima ligação com o histórico inimigo da Igreja, o mouro, desestabilizando e deixando em risco toda a base patriarcal e religiosa que preenchia a cartilha colonial. A afronta e a insubmissão da protagonista, quando assume os riscos por suas perigosas atitudesⁱ, é comprovada quando admite ter vivido na casa do mouro, o que faz a sogra desconfiar que o filho que esperava era de outro homem, e não de Francisco de Albuquerque. Diferente de Branca, que tenta envenenar Oribela e o filho ainda no ventre dela, por adivinhar ser fruto de traição, Francisco de Albuquerque, tomado de amor pela esposa, não reage como esperado às acusações da mãe, o que resulta, por fim, numa tragédia familiar.

Dona Branca era uma espécie de mãe-esposa de Francisco de Albuquerque até a chegada de Oribela, embora não haja mostras, além de Viliganda, da íntima relação dos dois. Ela sente-se ameaçada e desprezada devido à presença da órfã na posição de nova senhora da casa e esposa do filho. Ainda que a matriarca se mostrasse cuidadosa e assumisse as funções do filho nas ocasiões em que ele se ausentava, Francisco descreve

a mãe como um estorvo, um fardo a carregar, já que a viuvez a deixaria desamparada numa sociedade patriarcal: “está aqui de caridade, pois a arrasto comigo de cristão que sou,



sabe Deus quanto contra a minha vontade, porque sempre lhe fui muito bom filho, para minha mãe não ficar como ficam outras muito viúvas, pobres e desamparadas, a tomei por viver em minha casa” (MIRANDA, 2003, p.98).

É importante notar que mesmo pertencendo à elite do local, afinal o filho era abastado e ela era irmã de Brites de Albuquerque, esposa do governador, Branca sofre as consequências do machismo da sociedade patriarcal, pois ainda que tivesse vitalidade para administrar a própria vida, esbarraria nos entreves sociais da dominação masculina. Também, a relação incestuosa que ela estabelece com Francisco de Albuquerque, apesar de ter sido aparentemente por curto período, evidencia a relatividade das leis católicas na Colônia diante da ausência de mulheres brancas aptas para o casamento e dos comportamentos ilícitos dos colonos quando aportavam na nova terra, já que não há na narrativa qualquer indício de condenação do incesto cometido pelos dois, embora fosse demonizado quando ocorria entre os indígenas.

139

A obrigada relatividade a que a Igreja muitas vezes precisava se submeter para alcançar seus intentos com o projeto normatizador na colônia se aproxima do que Londoño (apud DEL PRIORE, 2009, p.94) denominou de “recursos de compensação que equilibravam a contabilidade da salvação”, isso porque diante de tratos e práticas poucos ortodoxas e de um intenso sincretismo sexual, religioso e social que caracterizava a sociedade colonial, a Igreja precisava da mulher como elemento sintetizador das tradições, mesmo que muitas vezes fosse através de “religiosidades inexatas” (DEL PRIORE, 2009, p.95). Esta relativização católica das condutas, frente à enorme necessidade de enveredar a mulher no caminho da maternidade e consequentemente do adestramento e da prosperidade do projeto colonial, fica claro no discurso da personagem Velha como reação à fala de Oribela sobre Viliganda ser resultado de um incesto e da resistência em dona Branca em aceitar a presença dela como esposa do filho:

Da mãe, tivesse eu por ela respeito, sendo mãe do meu esposo lhe devia eu reverência por ser de mais posto e que a filha futrificada do filho com a mãe, se assim fosse, eu a tomasse por minha menina e a amasse como fruto meu. E tantos mais menininhos de sangue misturado, tudo aquilo

queria dizer filho e mais filho, que Francisco de Albuquerque era de apetite bravo de touro nas mulheres. E disse ela. Mais melhor para ti. Que te deleitarás se souberes. (MIRANDA, 2004, p.133).



Os conselhos que Velha oferece a Oribela alinham-se estritamente à realidade social da época acerca da maternidade e das relações entre os membros da família, conforme analisa Del Priore (2009). A sacralização da mãe diante do significado que ela possuía frente à necessidade de transmissão de valores e princípios cristãos e a manutenção dos laços familiares tradicionais faz com que a personagem Velha enfatize para Oribela a necessidade do respeito à mãe de Francisco de Albuquerque, ainda que a presença dela afrontasse ou desagradasse. Além disso, ao orientar a jovem a aceitar com naturalidade Viliganda e todos os filhos mestiços que o marido viesse a ter como sendo seus próprios filhos, o discurso da Velha coaduna com um aspecto da vivência da maternidade extremamente comum no período colonial, como atesta Del Priore (2009, p.47)

Avós e mães de oportunidade, mantenedoras dos frutos de outros amores de seus companheiros ou filhos, mostravam-se de grande generosidade e atestavam que a maternidade tinha uma função psicoativa mais forte do que aquela biológica. [...]

A convivência de filhos legítimos e ilegítimos debaixo do mesmo teto e sob os olhos desta que é simultaneamente mãe e madrastra revela que existia uma variação nos graus de licitude entre as populações coloniais. A leitura de documentos como os testamentos e processo de divórcio impõe a evidência de certa despreocupação por parte de homens e mulheres envolvidos em “tratos ilícitos”, que, ao contrário do que tanto desejava a Igreja, parecia pouco afetar-lhes a consciência.

A condição destas relações novamente deixa à mostra a legitimação social das práticas patriarcais na colônia que solapavam a dignidade e o livre arbítrio feminino, pois enquanto o adultério cometido pela mulher poderia ser licitamente castigado com a morte pelo próprio marido traído, a mulher encontrava-se numa conjuntura social que naturalizava até certo ponto a traição e a poligamia masculina, já que era designada a ela a responsabilidade pelos cuidados com a prole, ainda que bastarda, como forma de garantir a estabilidade do núcleo familiar. Em *Desmundo*, Oribela novamente subverte esta lógica social, pois em nenhum momento concebe Viliganda como um ente parental ou mesmo direciona qualquer tipo de afetividade à menina, o que apenas é alterado nos momentos



finais do romance, mas sem que haja qualquer imposição de ordem social, apenas resultado de um desejo pessoal guiado pelo temor.

Se a estabilidade familiar se pautava no estreitamento que a mãe era capaz de proporcionar, servindo de elo e direcionamento aos membros da família rumo aos princípios cristãos, isso comprovadamente se dissolve quando Branca, também simbolicamente mãe de Oribela, como afirmava Francisco de Albuquerque, “recebe tua filha sem o fel de teu coração” (MIRANDA, 2004, p.192), é assassinada pelo próprio filho. Sob um grande ímpeto de ódio e desespero frente às acusações de que o filho de Oribela não era dele e das tentativas da mãe de envenenar a nora enquanto Oribela ainda estava grávida, Francisco de Albuquerque apunhalou “a mãe no peito e tantas vezes o fez até que ela se quedasse sem mover no chão com a morte na face” (MIRANDA, 2003, p.192). A morte da mãe esfacela e confirma a maldição familiar iniciada com o incesto, até mesmo porque Oribela se esquivava de ocupar simbolicamente o lugar de Branca de Albuquerque, e a própria transgressão cometida por ela, através da traição do marido com o mouro, já a destituiria da condição de santa-mãezinha, conforme desejava a Igreja.

Com o assassinato da mãe, o sonho da família destruído pela certeza da traição da esposa que tanto amava e a perda da honra, Francisco de Albuquerque resolve partir levando o que Oribela tinha de mais precioso, o filho, e mandando prender Viliganda no armazém da fazenda, que com seu olhar acusativo parecia espreitar cada erro no silêncio de sua existência. Desesperada pela ausência do filho sequestrado por Francisco, Oribela parte em mais uma travessia para recuperar aquele que significava já um membro de si, a sua mais apurada parte.

Desde que chegara à nova terra a vontade do retorno, de navegar a “Distância abstrata” para encontrar suas origens físicas e/ou subjetivas perseguiram o pensamento de Oribela. Na profusão de sua existência, ela parecia querer encontrar a sua essência, mesmo as vozes interiores a alertando para o perigo daquele encontro. É o mouro, com sua delicadeza, seu altruísmo e seu conhecimento invejável e surpreendente sobre o mundo e as coisas que nele existiam que faz com que Oribela saia do exílio existencial a que estava submetida desde que se casou com Francisco de Albuquerque. Por



isso, trajada com a mesma roupa que usava quando aportou no que imaginava inicialmente ser o paraíso, ela parte para encontrar o filho e carrega da casa apenas a caravelinha que ganhou de presente de Ximeno Dias enquanto estava abrigada em sua casa, deixando para trás o fogo que ela propositadamente criou para consumir a fazenda de Francisco de Albuquerque. Do “caldeirão” (MIRANDA, 2003, p.209) em que resultou a casa dos Albuquerque ela salva apenas Viliganda, pelo temor de ser castigada por sua alma de criança. O fogo que ordenou atear na casa apaga o passado infeliz vivido por ela naquele lugar: “devia eu esquecer tudo no meu passado, ardendo o fogo na madeira ardia também em minha alma, onde se agasalhavam as lembranças” (MIRANDA, 2003, p.209). Segundo Chevalier e Gueerbrant (1991), o fogo, como símbolo de vida, purificação e regenerescência, encontra na destruição também um aspecto positivo, pois, por meio da destruição, ele sugere o surgimento de uma nova vida, de uma nova etapa geralmente mais elevada que a primeira, conforme também aponta o desenvolvimento da narrativa do romance.

Se a caravela presenteada pelo mouro apenas simbolizava a possibilidade de uma travessia rumo à terra natal a que ela tanto ansiava regressar, o próprio Ximeno Dias, metaforizado na pequena caravela, e o fruto da relação entre os dois, a criança de cabelos vermelhos, como o pai, representavam para Oribela um encontro de si, a resposta para as suas perguntas, “Por que me mandou Deus para tal fim?” (MIRANDA, 2003, p.213), a um recomeço anunciado pela destruição do passado de sofrimento que o fogo na fazenda de Francisco de Albuquerque consumia. Recomeço que parece ser retificado pelo trecho final do romance, quando Oribela busca desesperadamente pelo filho e descobre que Francisco de Albuquerque havia partido na mesma nau que levaria o bispo Sardinha e a Velha a Portugal, mas que segundo a história, nunca chegou ao destino. Porém, em meio ao desvario e ao “medo da fome, da orfandade e do abandono” (MIRANDA, 2003, p.212), “ouvi o choro de meu filho, virei e na porta, atravessado pelos raios derradeiros do sol, os cabelos em fogo puro, estava o Ximeno com uma trouxa de criança no colo. Hou há.” (MIRANDA, 2004, p.213), como se o fogo dos cabelos do mouro anunciasse o novo recomeço, fosse de ilusões ou de encontros.



CORPOS QUE TRANSGRIDEM

Em *Desmundo*, Oribela pertence a um contexto social de forte imposição de valores religiosos que concebiam o corpo feminino como um campo de necessário controle e adestramento, já que a “mulher estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea, que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar de inocência paradisíaca. Já que a mulher partilhava da essência de Eva, tinha que ser permanentemente controlada” (Araújo, 2013, p.46). Mas, se a Igreja obteve algum êxito na tentativa de dominação do corpo, o mesmo não se pode dizer da mente, pois “nem todo mundo aceitava passivamente tamanha interferência quando fogo do desejo ardia pelo corpo ou quando as proibições passavam dos limites aceitáveis em determinadas circunstâncias”, por isso, ao prosseguir a sua análise o comportamento feminino no cenário colonial brasileiro, Araújo (2013, p.53) afirma ainda que “Os desvios da norma [...] não eram tão incomuns numa sociedade colonial que se formava e muitas vezes improvisava seus próprios caminhos muito longe do rei”.

As imposições e o pudor sobre o corpo a que Oribela foi vítima na vivência da infância ao lado do pai, assim como no mosteiro, novamente foram reavidas na preparação e na cerimônia do casamento, pois a impureza do corpo feminino, a vigília e o controle por parte do marido precisavam ser ratificados para garantir a dominação sobre o comportamento da mulher. A transformação do modo como a personagem lidava com o pudor sobre o próprio corpo começa a ser operada a partir do contato que estabelece com a cultura indígena, por sua distância das imposições cristãs e pela liberdade com que lidava com o corpo. Temericô era símbolo dessa relação que Oribela estabelece com o mundo do nativo e é responsável por desvencilhar a personagem de muitos temores e pudores que alimentava sobre si, plantados em sua educação através do Catolicismo.

Quando chegamos vi que no rio se banhavam as naturais, desnudas de suas vestes, no que me meti sem medo pelas admoestações de madre Jacinta, no mosteiro, de que a água era maléfica, que se umedeciam os pêlos e se abriam furos na pele por onde se metiam maus humores e miasmas e os espíritos danados. (MIRANDA, 2003, p.137)



Ao reelaborar sua relação com o corpo, a protagonista passa a exercer um maior domínio sobre si e seus desejos, permitindo explorar a sua sexualidade, seu erotismo e a própria noção que tinha sobre o sexo e o amor: “Veio metendo Francisco de Albuquerque metendo o corpo em mim. Isso é que era o falado amor?” (MIRANDA, 2003, p.99). Quando entra em contato com o mouro, certa de que sua vida acabaria, pois não confiava naquele ser infiel, Oribela deseja então encontrar a sua alma pela última vez, pois sabia que toda a bondade que Ximeno Dias demonstrava não era normal e por isso seu fim estava próximo: “Não havia gente assim no mundo, feita só de caridade, nem padre nem bispo, não havia alguém que fosse todo bom” (MIRANDA, 2003, p.170). E eis que ao lado de um sujeito tão aparentemente incomum, ela consegue experimentar o desejo, amor e os prazeres que o corpo poderia sentir:

avistei no catre o Ximeno adormecido, desnudado de suas vestes, descalçado dos sapatos, eram seus pés de gente, fosse naquela noite, nas outras não se sabia. Mas assim o vi. Era tal, que atraiu em tudo que há em mim e lhe fui sentir a boca, ele despertou e me tomou em seus braços num desatino e grandíssimo ímpeto, correndo com as mãos pelo meu corpo, dizendo suas falas de amante, a beijar meus beijos e outras obras bem desconcertadas, famintos afagos, a soltar o meu gibanete de homem, arrancar colchetes, desatar os cordões da camisa, a me querer deixar feito as naturais, a mim dava um gosto bom, fino punhal frio arrastando em toda pele, a querer sentir que ele se fazia em mim, um prazer perseverante tragando minhas tentações para vencer minhas malícias, inferno glorioso tirado de meu corpo, de minha natureza humana, minha perdição e minha alma indo à luz, portas se abrindo, minha boca bem-aventurada, ele um todo-poderoso e me desfalecer [...] (MIRANDA, 2003, p.179)

A cena do encontro dos amantes é marcada pelo desejo que provoca ação na personagem e pelo erotismo da união sexual. O erotismo se coloca também como um caminho para a transgressão, pois ele está intimamente ligado ao que pensamos e fazemos da vida através do corpo e suas possibilidades. Ao analisar a relação entre corpo, desejo e erotismo, Paz (1994, p.182) assegura que

O encontro erótico começa com a visão do corpo desejado. Vestido ou desnudo, o corpo é uma presença, uma forma que, por um instante, é todas as formas do mundo. Mal abraçamos essa forma, deixamos de percebê-la como presença e a temos como matéria concreta palpável, que não cabe em nossos braços, é ilimitada.

Na cena citada do romance, é importante notar que o corpo feminino deixa o lugar da passividade e vai ao encontro do



masculino, agora na condição de escolhido. Além disso, o erotismo presente na cena, que não se reduz à sexualidade, é um caminho para a descoberta do corpo, da consciência sobre ele, da liberdade experimentada pelas naturais, à medida que vai sendo tocado sob a permissão e o desejo dela. Assim, como um corpo que resiste ao controle, Oribela se descobre na experiência

do sexo como forma de prazer e liberdade, encontra um eu que estivera perdido, confuso e preso nas imposições sociais, religiosas que foram internalizadas e se tornaram pessoais. O corpo, determinado como pertencente ao marido desde o casamento, por isso intocado e virgem até aquela data, é apropriado por ela novamente quando decide o que deve ser feito dele. Na relação com o corpo proibido ela transgredir, mas ainda que isso pese em sua formação de bases cristãs, ela torna-se também capaz de aceitar a si e à diferença do outro, num encontro com sua sexualidade, seus limites pessoais e com um sentido para a vida que parecia perdido para além da travessia.

145

Também em *A árvore das palavras* as personagens, especialmente a protagonista, desenvolvem uma relação muito íntima e livre com o corpo, mas que devido à diferença do contexto social, distância temporal e todas as transformações operadas a partir daí, se distingue em muitos aspectos da vivência experimentada pelas mulheres na colônia lusa na América. Porém, é preciso pensar que mesmo sob a influência portuguesa e consequentemente do Estado Novo por meio da colonização, Moçambique apresentava um panorama social muito mais democrático e livre quando comparado à Metrópole, o que significa dizer que a concepção de liberdade experimentada pelas mulheres no romance são traços de uma realidade social específica da Colônia e que contrastava em diversas características que iam além da vivência feminina.

As três principais figuras femininas da narrativa possuem uma relação com o corpo como reflexo da vivência de mundo, sua ligação com as pessoas e o espaço que as cerca. Essa percepção da realidade tem uma íntima relação com a própria escrita e a criação de personagens femininas, conforme assegura Isabel Alegro de Magalhães (1995, p.31), pois a autora observa que há alguns aspectos na escrita feminina que parecem possuir certa similaridade, como a “percepção da realidade, de uma dimensão telúrica, da relação com o

tempo, da relação com a racionalidade, da auto-referencialidade, do tratamento das relações intersubjetivas”, o que faz com que nestes textos a *body writing* esteja presente, já que se tem uma “corporização da ideia de uma escrita feita com o próprio corpo”. (MAGALHÃES, 1995, p.31).



No romance de Teolinda Gersão, há uma estrita ligação entre o espaço e o modo como as personagens femininas vivenciam o corpo, pois no caso de Amélia, por exemplo, sua não-identificação com Lourenço Marques faz com que ela se recolha e, ensimesmada, seu corpo seja ausência para a filha e o marido. A pouca afetividade que recebeu ao longo da vida faz com que seu corpo pouco tenha para transbordar de sentimentos e, diante da infelicidade do destino supostamente escolhido, ela encontra no trabalho um caminho para a evasão enquanto a sua fortuna não muda, assim, seu corpo se transforma em corpo-máquina, na repetição do trabalho e na escassez de sentimentos para partilhar com a filha e o marido. Na vida, como uma eterna travessia, mas no caso de Amélia sendo também transformada pelas travessias, a personagem alimenta a ideia de que as cartas de seu novo correspondente, o português Bob Pereira, seriam uma chance para corrigir a má escolha do passado e mudar o seu destino, dessa vez para melhor. Por isso, como um corpo incapaz de se integrar àquela terra hostil, Amélia parte rumo à Austrália, em busca de uma suposta essência e felicidade que não foi possível encontrar em seu “exílio” em Moçambique. Do lugar que significava para ela o seu “desmundo”, ela se despede sem deixar para trás nada do que julgava importante, para reiniciar a sua experiência de vida.

146

É inevitável encontrar as coincidências que se anunciam entre as histórias de vida de Oribela e Amélia. Vítimas de uma espécie de exílio forçado, ou quase, pelas circunstâncias da vida para esposar portugueses nas colônias lusas, os séculos que separam as duas são fundamentais para que se compreenda o impacto social da transgressão que cometem quando resolvem apropriar-se do corpo para encontrar o que julgavam ser a felicidade. Enquanto Oribela está presa em um contexto fortemente perigoso para a mulher e que designava consequências fatais para a sua traição ao marido, as mudanças sociais operadas ao longo dos aproximados 400 anos que separam as duas personagens são significativas para compreender o grau de



liberdade de Amélia quando opta por abandonar a família em prol de um novo relacionamento.

Diferente de Amélia, Gita tem a experiência com o corpo a partir de uma espécie de espelhamento com o lugar. A *body writing* surge no romance em diversas passagens, principalmente quando a cidade é personificada pela narradora, e o corpo formado por esse espaço é descrito como acolhedor e muitas vezes uma extensão do próprio corpo da protagonista. A liberdade com que desde muito cedo ela lida com o corpo e a própria sexualidade é resultado da educação recebida de Laureano, descrita como não repressora, e da vivência, integração e identificação com o espaço africano e a cidade de Lourenço Marques em específico:

Ficava-se muito tempo debaixo da árvore, encostado ao tronco, e, como eu disse, a gente transformava-se em árvore. Ou também em pássaro, embora voar fosse mais difícil. Mas ser as coisas era fácil. Porque de repente se tinha na mão a raiz de tudo o que era vivo. Então o primeiro ouvido abria-se e começava a ouvir o vento. E depois de muito tempo o segundo ouvido abria-se e começava a ouvir a chuva. E havia ainda muitos outros ouvidos, que escutavam o sangue e a voz das coisas.

[...]

O primeiro amante era o sol, andando em volta do corpo deitado, lambendo-o com sua língua de lume, batendo-lhe ao leve com a sua cauda, farejando-o com o seu focinho de luz — via-se isso através das pálpebras, sem abrir os olhos, enquanto o corpo amolecia e se sentia mais forte o cheiro do vento — e agora o sol começava a apoderar-se de todo o corpo, avançava sobre ele com pés cautelosos, como um animal bravio, e a gente entregava-se, rendida [...] (GERSÃO, 2004, p.18-133)

A íntima relação que a personagem estabelece com o espaço, e, como elementos integrados, com o próprio corpo, que muitas vezes se confunde com o que a cerca, é significativo para analisar a forma livre e empoderada que ela vivencia a sua sexualidade e decide sobre os próprios rumos de sua vida. Após ser abandonada pelo namorado, a quem apenas envia uma carta questionando se “Achas que queria um filho teu, como seguro de vida? Por acaso pensas que vales mais do que eu?”, Gita resolve, ainda como uma estudante do liceu, engajar-se junto com o amigo Roberto na luta pela independência do país. Num movimento oposto ao da mãe, ela decide que seu destino estaria em Portugal, e apropria-se do seu corpo e sua vida de modo livre e independente, como um espelho próprio do espaço que habitava.



Isabel Allegro de Magalhães (1995, p.29), ao analisar romances escritos por mulheres que tratam da guerra colonial, afirma que há notáveis diferenças entre as perspectivas adotadas por homens e mulheres para narrar as experiências. Sem se deter às narrativas masculinas, a autora assegura que nos romances escritos por mulheres há a presença de “uma memória implícita ou explicitamente ficcionada, inventiva, clara ou disfarçadamente autobiográfica — mostra-se insistentemente atenta à situação de injustiça e de sofrimento tanto individual quanto colectivo”. Embora a autora esteja tratando do contexto de guerra entre os países africanos que foram colônias portuguesas e a Metrópole, há traços dessa escrita feminina que coincidem devido ao ponto de vista historicamente feminino adoto ao longo das narrativas. Já que é constante, como sugere a autora, encontrarmos em narrativas históricas produzidas por mulheres um interesse pela indagação dos mínimos fatos, pelas pequenas coincidências, pelos sentimentos velados, além de uma “cobertura maior de ambientes, numa atenção repartida por pessoas de classes sociais que não aquela a que pertencerão as narradoras, classes espezinhadas, sofredoras, mas de uma grande riqueza humana” (MAGALHÃES, 1995, p.30), escolhas narrativas que são facilmente encontradas também no romance de Ana Miranda.

148

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As protagonistas dos dois romances aqui analisados, em seus respectivos contextos e de modos divergentes, denunciam as micro e macro situações na sociedade colonial que impunham à mulher a posição de inferior e subordinada ao sexo masculino. Gita, Oribela e as demais personagens femininas são responsáveis por trazer à tona a conjuntura machista das sociedades coloniais que, separadas por séculos, evidenciam as diferentes formas de repressão e imposição às mulheres. Tais sujeições atravessavam posições sociais e situações diversas, uma vez que pertencer ao sexo feminino é o elemento convergente entre as personagens que viviam determinadas imposições nas duas narrativas.



É preciso lembrar ainda como as histórias de vida das personagens e a subordinação e dominação das quais eram vítimas estavam estritamente ligadas a valores e a comportamentos determinados desde muito cedo para o sexo feminino. Dessa forma, a educação castradora na infância se somava e era reafirmada pela determinação de comportamentos desejáveis na fase adulta, como a abnegação sexual, o matrimônio, a maternidade, a continuidade da obediência ao marido ou à figura masculina mais próxima. Porém, há que se considerar que o contexto distinto e principalmente a distância temporal são responsáveis por significativas mudanças na abordagem dessas situações nos dois romances, já que elas se mostram de forma acentuada na narrativa de Miranda e às vezes imperceptível na obra de Teolinda Gersão.

Diferente de Amélia, que rompe com o estereótipo social sobre a maternidade como o lugar de realização pessoal, felicidade, amor e sensibilidade, Oribela depara-se com uma condição de mãe muito próxima desse perfil, mas que rompe com os preceitos sociais da época através do modo como o filho é concebido, pois era fruto de um desvio moral e, por isso, uma transgressão. A maternidade para Oribela significou uma forma de autorrealização porque é resultado de suas escolhas, do seu encontro com sua sexualidade e o prazer que daí advinha. Do ponto de vista histórico, este fato do enredo do livro revela a rasura dos mitos de fundação da nação brasileira que Ana Miranda se propõe a visitar, pois, no caso do nascimento do filho de Oribela, tem-se o questionamento sobre a própria mestiçagem que caracterizava o povo português, que é negada pelo discurso oficial ao alijar o mouro étnico, cultural e religiosamente da nacionalidade portuguesa e a falácia da homogeneização da identidade lusa, conforme ansiado no projeto de colonização.

Por fim, cabe lembrar que quando os dois romances parodiam e/ou retomam a história num sentido crítico e revisional, a condição da maternidade para as nativas das colônias coincide em muitos sentidos, pois condizem com o próprio rebaixamento a que o Colonialismo submetia os povos subjugados em seu processo de exploração. As índias e seus filhos mestiços oriundos muitas vezes de estupros dos colonos, e Lóia e sua filhas negras, rejeitadas por Amélia como modelo para Gita, estão equiparadas quanto ao

silenciamento de contar os fatos de acordo com sua subjetividade nas narrativas em questão e possuem uma subalternidade tripla, já que além de serem mulheres colonizadas, estavam inseridas no estigma da inferioridade racial geneticamente perpetuada através de seus úteros.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CASTELO, Cláudia. *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*. Porto: Afrontamento, 2007.

CHEVALIER, Jean; GUEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Tradução de Vera Costa e Silva et. al. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GERSÃO, Teolinda. *A árvore das palavras*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.

LACAN, Jacques. O estágio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *O Sexo dos Textos*, Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

MATOS, Maria Izilda S. de. Gênero e história: percursos e possibilidades. In: SCHPUN, M. R. (Org.). *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

MIRANDA, Ana. *Desmundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

PAZ, Octavio. *A dupla chama: Amor e erotismo*. Tradução de Wladyr Dupont. São Paulo: Siciliando, 1994.

150

Recebido em 14 de abril de 2021.

Aprovado em 27 de janeiro de 2022.



BODIES THAT TRANSGRAGE: REPRESENTATIONS OF THE FEMALE BODY IN COLONIAL HISTORICAL ROMANCES

Abstract: This work presents a reading of the representation of the female body in two historical novels, set in a colonial context, *Desmundo* (1996), by Brazilian author Ana Miranda, and

A árvore das palavras (2004), by Portuguese Teolinda Gersão. The two narratives, located respectively in Colonial Brazil in the 16th century and in Mozambique in the 20th century, focus on female characters to fictionally recount the experiences lived by women during the colonization process. To this end, the political and social reality to which these women were subjected is put on the scene, showing the restriction and impositions common to the female subject. It is in this context that issues such as marriage and motherhood become central in the process of representing the bodies of the protagonist characters, proving that the colonial condition cannot be seen in the novels as a mere historical peculiarity, but as an element that duplicates the situation of domination and subordination of women. Therefore, it is interesting to know, in this work, how such a historical condition cuts and influences the construction of these female representations, including analyzing the State's historical interference on the relationship of women and their own bodies.

Keywords: Representation; Women; Romance; Colonial context; Contemporary Literature.

ⁱ Como afirma Araújo (2013, p.59), “Na época colonial a mulher arriscava-se muito ao cometer adultério. Arriscava-se, aliás, a vida, porque a própria lei permitia que ‘achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela como o adúltero”.